



9 de Julho de 2005

Um ano após a histórica decisão do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) que declarou ilegal o Muro construído em território palestino ocupado, Israel prossegue a construção do Muro, em total desrespeito pela

decisão do Tribunal. Trinta e oito anos após a ocupação por Israel da Margem Ocidental (incluindo Jerusalém Oriental), da Faixa de Gaza e dos Montes Golã, Israel continua a expandir os colonatos judaicos. Israel anexou, unilateralmente, as zonas ocupadas de Jerusalém Oriental e dos Montes Golã e está agora a anexar, de facto, grandes porções da Margem Ocidental com a construção do Muro. Israel está também a preparar – à sombra da sua retirada da Faixa de Gaza – a construção e expansão de colonatos na Margem Ocidental. Cinquenta e sete anos depois de o Estado de Israel ter sido criado em território maioritariamente objecto de limpeza étnica dos seus proprietários palestinos, uma maioria de Palestinos são refugiados, muitos dos quais apátridas. Além disso, o arraigado sistema de discriminação racial de Israel contra os seus próprios cidadãos Árabes-Palestinos permanece intacto.

À luz das persistentes violações, por Israel, do Direito Internacional; e

Considerando que, desde 1948, centenas de resoluções das Nações Unidas condenaram as políticas colonialistas e discriminatórias de Israel, por ilegais, e reclamaram soluções imediatas, adequadas e eficazes; e

Considerando que todas as formas internacionais de intervenção e de construção da paz não conseguiram convencer ou forçar Israel a cumprir as leis humanitárias, a respeitar os direitos humanos fundamentais e a pôr fim à sua ocupação e opressão do povo da Palestina; e

Tendo em vista que consciência popular da comunidade internacional tem, historicamente, abraçado a responsabilidade moral de combater a injustiça, como exemplificado na luta pela abolição do apartheid na

África do Sul através de variadas formas de boicote, desinvestimento e sanções; e

Inspirados pela luta do povo da África do Sul contra o apartheid e dentro do espírito da solidariedade internacional, da coerência moral e da resistência à injustiça e à opressão,

Nós, representantes da sociedade civil Palestina, apelamos às organizações da sociedade civil internacional e à consciência dos povos em todo o mundo, para imponham amplos boicotes e implementar iniciativas de desinvestimento contra Israel semelhantes às aplicadas à África do Sul no tempo do apartheid. Apelamos a que pressionem os seus respectivos Estados para que imponham embargos e sanções contra Israel. Convidamos, também, os Israelitas conscienciosos a apoiar este Apelo, a bem da justiça e da paz verdadeira.

Estas medidas punitivas não-violentas devem ser mantidas até que Israel cumpra a sua obrigação de reconhecer o direito inalienável do povo Palestino à autodeterminação e cumpra plenamente com os preceitos do Direito Internacional:

1. Pondo termo à ocupação e colonização de todos os territórios árabes e desmantelando o Muro;
2. Reconhecendo os direitos fundamentais dos cidadãos Árabes-Palestinos de Israel à plena igualdade; e
3. Respeitando, protegendo e promovendo os direitos dos refugiados Palestinos ao regresso às suas casas e propriedades como estipulado na resolução 194 da ONU.



facebook.com/bds.austria



[@bdsaustria](https://instagram.com/bdsaustria)

www.bdsmovement.net // www.bds-info.at